

A Choldra

Semanário republicano de combate e de crítica à vida nacional

Ano I — Num. 14

Preço à Venda

Trêscentos Cruzados

Director — Eduardo de Bessa

Proprietario e Administrador — José Barreto

Editor — Henrique José de Andrade

Av. e Adm. — R. da Paço das Rainhas, 88, S.º — LISBOA

1 de Maio de 1926

Quinta-feira

Rua de Beato, 100

ANTES DE APARECER EM PUBLICO



O tragico -palhaço- governamental no guarda-roupa dos seus interesses

O 1.º DE MAIO

A data de hoje é uma data significativa para as classes trabalhadoras. Ela evoca o início particularmente sangrento do movimento em favor da diminuição da jornada de trabalho a oito horas.

Por determinação tomada em 1884 pela Federação dos Estados Unidos e do Canadá, no 1.º de Maio de 1886 o operariado da União americana abandonou, espontaneamente e em massa, as fabricas e oficinas reclamando a jornada de oito horas. Em Chicago produziram-se conflitos entre os trabalhadores e a policia, massacrando esta ferozmente aqueles. A 4 de Maio reuniram-se novamente os proletarios na praça Haymarket, em Chicago, para protestar contra a violencia de que foram vítimas no dia 1. Novamente a policia interveiu brutalmente. Uma bomba de dinamite explode, então, no meio da força armada matando dez soldados. A policia investe, tomada de furia, contra a massa inerte dos operarios, disparando a esmo.

Apezar de cair em mortos mais de oitenta populares, entendeu a policia que era necessario outro castigo maior.

Qualquer inquerito policial nada averiguaria sobre quem atirára a bomba de dinamite. Deteve então a policia oito libertarios que representavam a fina flor do operariado de Chicago, que foram processados e condenados: cinco á pena de morte e três a trabalhos forçados.

Ninguém soube até hoje quem foi o autor do atentado mas quatro dos infelizes foram executados a 11 de Novembro de 1887, suicidando-se um na prisão. A inocencia desses martires foi constatada em 1893 na revisão do processo mandada fazer pelo governador de Illinois. Os tres desgraçados que apodreciam nas galés foram postos em liberdade. A vida, porem, não poude ser restituída aos outros cinco martires de Chicago.

Anos passaram-se, mas o operariado de todo o mundo não esqueceu tão lutuosa data e todos os anos a tem vindo comemorando como o inicio de uma cruzada. E não se dirá que os seus desejos de reivindicção e as suas esperanças de aperfeiçoamento e de engrandecimento, repetidos com mais vigor neste dia de todos os anos, se não tem vindo efectivando nesses quarenta anos decorridos sobre o primeiro marco das batalhas que se haviam de travar, dali por diante, em defeza das oito horas de trabalho. Esta conquista é já hoje oficialmente reconhecida por todos os Estados do mundo culto, e outras aspirações formuladas pelas classes trabalhadoras são hoje conquistas definitivas e impereciveis nos países que anseiam engrandecer-se pela cultura e pelo trabalho.

As necessidades de produção febril e intensa exigida pela guerra, fez compreender aos governos a importancia do trabalho e sentir o valor do trabalhador. Porque era preciso que cada um deles produzisse mais, os governos de todos os países abriram-se em concessões, e ao lado das solicitações feitas em nome do patriotismo, adiantaram-se em promessas cada vez mais proximas dos desejos dos trabalhadores.

Uma revolução então se operou para a qual contribuíram alem desse fenomeno de ordem economica, outros de ordem moral, de ordem politica, de ordem social que no periodo da beligerancia, se produziram. A guerra impoz definitivamente ao mundo o ideal da grandeza e da pujança pelo trabalho.

O trabalhador conquistou desde então o seu logar ao sol, o seu direito á alegria de viver. Desde então nas fabricas e nas oficinas começou a afirmar-se o direito do trabalhador, e em todos os estados suavemente veem sendo concedidos os seus mais justos e atendiveis direitos.

Em todos, não!

Infelizmente para Portugal, por falta de capacidade de realização governativa que a situação exige clamorosamente, o povo trabalhador continua a vêr todos os seus direitos recusados, e todos os seus brados, todos os seus clamores sufocados nas prisões, abafados pela ameaça, pela violencia, pelo desrespeito á lei...

A *Choldra*, folha essencialmente popular, não pode deixar de saudar, no dia de hoje, o trabalhador português que tem feito grande e fará cada vez maior o nosso país, e a quem os pignes dos governos, por incapases e impatriotas, tem, num esforço inutil, procurado ferir, esquecendo-se das promessas com que lhe acenavam para o «após-guerra», quando, pela necessidade de vencer, apelaram para os seus sentimentos em nome de novos principios, de novas concessões.

A C. G. T. ao lado do Partido Democratico

Esqueceram-se o assalto à Casa Sindical, os Olivais, os espancamentos e as deportações!

A Confederação Geral do Trabalho pelo seu órgão, o nosso colega *A Batalha*, vem assumindo, a proposito da questão dos tabacos, uma atitude de apoio ao governo do sr. Antonio Maria da Silva, que nos revolta e indigna por inexplicavel e deshonrosa para o operariado portugues.

Essa atitude de apoio ao governo do partido que é o maior culpado dos fusilamentos dos Olivais, do cavalo marinho nas cadeias, da morte cobarde de Domingos Pereira, das deportações e prisões em massa, não se traduz — reparem bem — não se descobre pelo facto d'*A Batalha* defender a *regie* e afirmar defender os interesses dos operarios dos tabacos! Onde esse apoio, essa aliança infame e vergonhosa se exteriorisa de forma tão indiscutivel que até, nela, nos repugna acreditar, é no ataque violento, determinado e especializado aos homens da *Esquerda Democratica*!

Vê-se o proposito firme, a inspiração maquiavelica: é necessario tirar ao partido maior inimigo da Companhia dos Tabacos, do Banco Ultramarino e das Forças Vivas, o prestigio que, junto da massa trabalhadora, gosa!

E então, vá do *inventar*, de *mentir* de *caluniar*.

A Batalha, onde temos amigos que não desejamos perder, estava hontem abaixo, muito abaixo do que era licito esperar das pessoas que a dirigem e redigem! Mentia!

*

Mentia quando afirmava que os deputados da *Esquerda Democratica* insultaram os operarios.

Mentia quando afirmava que Carlos de Vasconcelos puxára de uma pistola!

Mentia quando afirmou que as oposições não curam dos interesses dos trabalhadores. Entre o projecto do governo e o projecto da *Esquerda Democratica* ha esta pequenina diferença: ao passo que o governamental nem um parágrafo

tem onde tal se acautele, o dos esquerdistas encerra doutrina que *inteiramente* garante o pão aos homens que na Companhia dos Tabacos labutam!

*

A Confederação Geral do Trabalho, com capacidade juridica reconhecida pelo governo José Domingues dos Santos, transpôs de um salto brusco, o abismo de sangue que a separava dos democraticos!

Esquecidos, em nome dos interesses sem motivos evocados de algumas centenas de operarios, a honra, a dignidade e os direitos de alguns milhões de trabalhadores portugueses; a *C. G. T.* atacando a *Esquerda Democratica*, coloca-se ao lado do sr. Daniel Salgado, «o Rodrigues», alma e cerebro que planeou o assalto á Casa Sindical; ao lado do sr. Silva, o palhaço tragico que encheu S. Julião da Barra com a juventude operaria; ao lado do Partido de onde saíram as deportações, os espancamentos e as mortes»!

Atacando a *Esquerda Democratica*, a Confederação Geral do Trabalho coloca-se ao lado dos que perseguem, matam e espancam operarios, contra quem os protegeu e protestou perante as violencias e crimes cometidos!

*

Se do Alem, algumas vozes se pudessem erguer, como ecoariam alto os gritos revoltados de Domingos Pereira, dos mortos dos Olivais e dos martires da Guiné!

Estamos no 1.º de Maio.

Emquanto os trabalhadores de todo o Mundo comemoram indignadamente a chacina de Chicago como protesto contra os matadores, em Portugal, neste dia, nesta hora sagrada, os dirigentes do operariado parecem aliados aos assassinos dos seus irmãos de Ideal!

Fotografias do sr. dr. José Domingues dos Santos

Na administração de *A Choldra* recebem-se pedidos para o envio de belas reproduções de uma fotografia do *leader* da *Esquerda Democratica* que

TODO O ESQUERDISTA DEVE POSSUIR

Basta enviar 1\$50 para cada fotografia para receber na volta do correio.

E AGORA?

Terminou na passada segunda feira o primeiro congresso geral da Esquerda Democratica.

Dele surgiu um novo e forte partido para a Republica.

Dele appareceu o partido da esquerda republicana, ordeiro, forte, audaz e intelegente servido por um escol intellectual que, indubitavelmente, o impõe.

Este facto é, para a vida do regime, um acontecimento cujas consequencias primarias deve ser, tem de ser a immediata aglutinação das forças que, na esquerda da Republica, se dizem enfileiradas e que, até hoje, agitando-se desordenadas, teem visto os seus esforços resultar improficuos e inuteis.

No congresso, marcou-se um programa, defenderam-se teses defenindo orientações, subiu se alto á atmosfera ideal da defeza dos principios e fez-se ecoar, de norte ao sul do país, a voz redemptora da Republica por que ansiava o Povo cansado de desenganos, quasi sem fé pelos erros cometidos, farto, fartissimo, de ver promessas não cumpridas.

Os homens da Esquerda Democratica teem, porque a souberam conquistar por palavras e obras, a confiança do país.

* * *

E agora? Agora só resta, dizemo-lo leal e francamente, que todas as esquerdas se unam, que todos os valores se juntem e que todos os soldados da causa santa da Democracia pura, se coloquem sob o mesma bandeira, formados na mesma hoste que, aguerrida e nobremente—ninguem o pode negar—agora ergue alto o seu pendão partidário e já querido da Nação republicana.

Sim. Agora há que juntar esforços, congregar vontades e unir inteligencias que tenham o mesmo fim, o mesmo desejo o mesmo pensar!

Agora, se o não fizerem, cometem um grave erro. Erro que só será explicavel por criminosas ambições pessoais sobrepondo-se, na sua mesquinhez torpe, aos nobres e aos sagrados interesses da Republica!

* * *

Estas as palavras necessarias que dirigimos aos republicanos radicais e aos que, junto do sr. Alvaro de Castro se encontram solidarios com a sua valiosa obra de depuração nacional.

Uma tendencia... musical ou a historia dum piano

Os negreiros, vulgo agentes de passaportes, só dão em desancar os que se opoem ás suas maquinações quando o dinheiro, o vil metal, não lhes facilita a tarefa.

Ora, por modos, os Srs. Filipe Mendes e Manuel Serras teem o defeito de ser honrados e daí a formidavel tarefa que estão apanhando na imprensa a soldo dos tais traficantes de carne humana.

Se tivessem sido mais complacentes, teriam hoje «O Seculo» a chamar lhes «estadistas» e quejandos adjetivos Porque não fazem como certo catão que anda por aí a berrar por todos os cantos que a proposta de reorganização é a ruina para o Estado?

Vive o homensinho aí num departamento de passaportes e todo ele são mesuras e caricias aos que o visitam a solicitar os seus favores. Ao principio fazia-se renitente e invocava a toda a hora o *seu passado* republicano ou... republicanism, como a livrar-se de tentações,

Mas Mefistofeles surgiu-lhe um dia, e o Catão, que se pelava por musica, não duvidou em seduzir-se por um piano de melhor marca do que ele.

Aceitou-o. Para a menina, bem entendido...!

Sucede, porem, que Mefistofeles é falador, e a breve trecho não havia gato nem cão que não soubesse das tendencias musicais do nosso homem.

Vieramas aflições e os sustos, e passado pouco tempo não houve outro remedio senão fazer sair de casa o comprometedor instrumento... que tinha lá entrado sem passaporte. Coisa que já tinha sucedido a muito boa gente!

Que é feito do piano? Quem o deu ao Catão?

Perguntem-no a certo agente de passagens e passaportes que anda aí por algumas redacções a levar dinheiro aos *desinteressados* defensores dos interesses da Nação!

O Sr. Adelino do «Seculo» gostará tambem de musica?

O CAMBÃO TRIUNFANTE

Os favores do Estado ao Banco Ultramarino

O Banco Ultramarino volta a estar na ordem do dia. Depois do decreto inconstitucional e imoral n.º 100, a que *A Choldra* se referiu, o decreto imoralíssimo e inconstitucional n.º 101 que se propõe regulamentar a fiscalização do Estado junto do Banco.

Depois de um golpe tremendo na economia de Moçambique e no Tesouro, como o da retirada da circulação das libras moçambicanas, surge agora outro golpe e esse não menos tremendo nos direitos do Estado.

Que se quer com o decreto 101?

Primeiramente quiz-se, duma forma capciosa, retirar ao Parlamento o que é sua função privativa:

Criar bancos emissores, regular a emissão bancaria e tributa-la.

E para quê?

Para no ministerio das Colonias, em segredo, sem fiscalização e sem discussão, se írem realisando, uma a uma, as aspirações do Banco, arruinado pela pessima administração dos seus dirigentes que teem no governo os seus melhores amigos, e se írem realisando, á custa dos direitos e dos interesses do Estado.

Não obstante tratar-se de um decreto regulamentar, la se incluiu um artigo, o 2.º, que passa para o governo da Metropole a faculdade de resolver todas as questões sobre a circulação fiduciaria das colonias.

Apenas isto.

Mas o que é materia regulamentar de fiscalização, é extraordinario.

Por exemplo este art.º 6.º:

«Ao Commissario do Governo é vedado fazer

referencia nos relatorios a nomes individuais ou a firmas que tenham contas no Banco Emissor»

Que dirá a isto o paiz?

Quem são os nomes ou as firmas que é necessario não revelar?

Que contas são essas que o país não pode conhecer, que não podem ser incluídas no relatório do Commissario do Governo junto do Ultramarino?

São contas dos dirigentes do Banco? São contas de politicos? E que firmas a que os directores do B. N. U. pertencem, o que por lei lhes é vedado? São firmas de amigos e socios? Quem nos responde?

Em outro artigo do mesmo decreto impingese ao Estado o pagamento dos encargos com a fiscalização especial, em Loanda e Lourenço Marques, creada pela Reforma Bancaria. Quem autorizou esse aumento de despezas?

Em que lei se baseia o sr. ministro das Colonias para libertar o Banco de um encargo que só a ele competia?

Mas o decreto tem muito mais que se lhe diga. Muito mais...

Até se criou nele uma arbitragem que não existia para resolver questões entre o Banco e o Estado.

Mas então quem está no ministerio das Colonias? Quem está no governo? É o Banco Ultramarino?

Eis o que é preciso averiguar já que tanto se confundem o governo do paiz, o governo do Banco e o governo proprio dos que em nome do Estado concedem e dos que em nome do Banco pedem e arrecadam.

MISERAVEIS!

Da Travessa da Agua do Flôr, coio de muitos castrados morais da nossa terra, saíu o *mot d'ordre* infame para o insulto, para o atentado pessoal, para a morte de todos que não defendam a vergonha tremenda da *regie*.

O sr. Silva e o sr. Salgado, explorando ignobilmente com a ignorancia dos operarios da Companhia, convenceram-nos de que eles, os homens das deportações, os homens das prisões em S. Julião da Barra, os responsaveis dos espancamentos a trabalhadores nas prisões, os encoberdos incitadores de assassinatos como o de Domingos Pereira, os homens que estão de gôrra com a Companhia, com o Banco Ultramarino com o Alfredo da Silva, com os Burnay e todos

os exploradores do Povo, acautelam o pão dos operarios, das suas mulheres e de seus filhos!

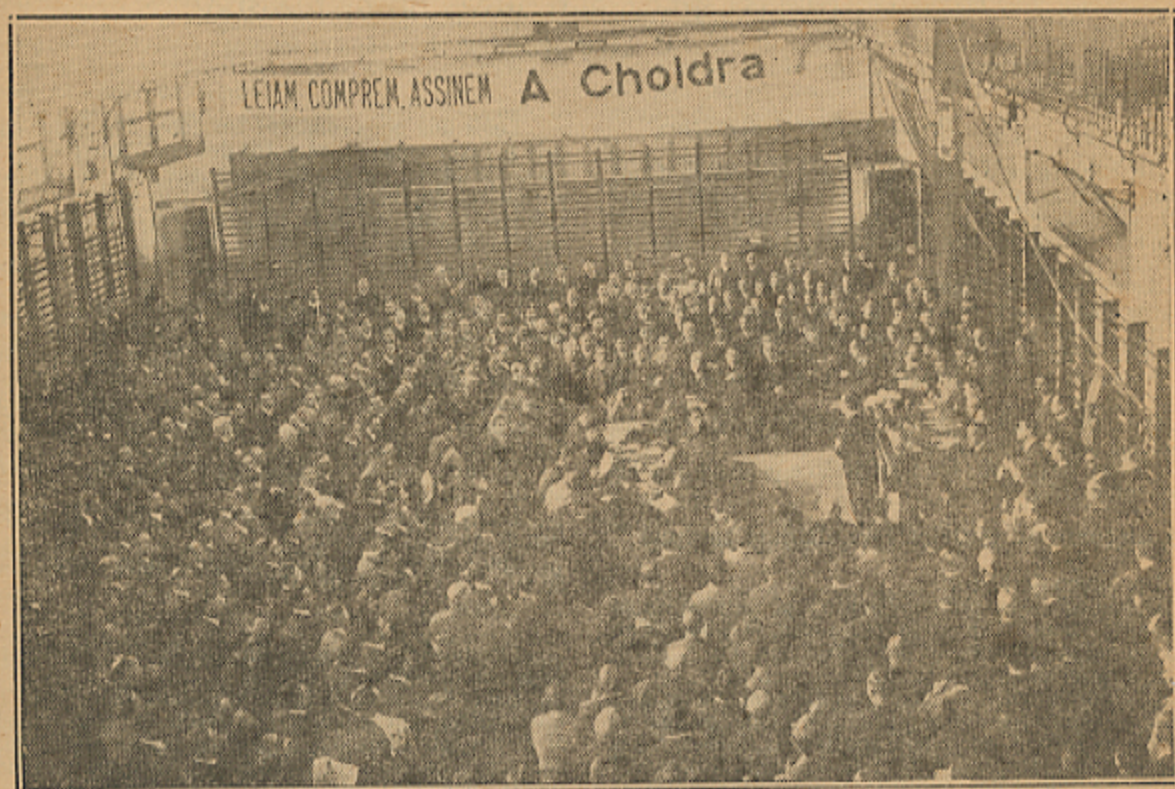
Alto gritamos a essa pobre gente que os enganam torpemente, miseravelmente!

As oposições acautelaram nos seus projectos o pão dos operarios da Companhia!

As oposições garantiram o sustento dos operarios da Companhia. O que não quer o país, o que exige a nação é que tal sistema não vingue para que não sirva de manjadoura larga ao Partido Democratico, aos homens dos bens alemães, aos cavalheiros dos T. M. E. e da Exposição do Rio de Janeiro.

O que se está fazendo, o que se faz é tórpe, é miseravel, é reles e só deve ter uma resposta que virá cedo ou tarde fatal como o destino: a *Revolução!*

«A CHOLDRA» no Congresso da Esquerda Democrática



Um aspecto da Sala do Liceu de Camões onde se realizou o congresso vendo-se ao fundo o «arêolame» d'«A Choldra» que causou sucesso entre os congressistas

Ao registarmos, como o vamos fazer, as homenagens prestadas, através calorosas manifestações, a *A Choldra*, sinceramente afirmamos o nosso orgulhoso desvanecimento.

Agradecemos-las, e nas nossas colunas queremos arquivar a proposta honrosa que nos saudou e foi secundada por aplausos de todo o congresso que, de pé, sobre as cadeiras, victorian-do-nos e acenando com os lenços, nos veio encorajar para prosseguir.

«Considerando que o aparecimento do semanário «A Choldra» se deu precisamente no momento em que, pela força, os nossos adversários conseguiram amordaçar a imprensa da Esquerda Democrática nas duas principais cidades do País;

Considerando que, por esse facto, o apareci-

mento daquele semanário veio dar novos alentos á nossa causa que é a causa do Povo;

Considerando que o referido semanário tem escarpelizado, com o maior desassombro, os abusos de alguns dos nossos homens publicos, procurando dignificar a Republica pela depuração da sua atmosfera politica:

Em nome da Comissão Política da Esquerda Democrática na Freguesia de Paranhos da cidade do Porto, que tenho a honra de representar neste Congresso;

Proponho uma saudação á illustre Direcção e Redacção do semanário «A Choldra» pela sua intemerata campanha em prol da dignificação da Republica e da defeza dos interesses do Povo.

Lisbôa 24-4-926

MONDINA DE FARIA

O Problema Político

Tese relatada pelo sr. dr. José Domingues dos Santos na sessão inaugural do Congresso da Esquerda Democratica, documento notavel pelo seu alto valor político e mental

Presados Correlegionarios:

Ao iniciarmos os trabalhos deste memoravel Congresso, cumpre-nos saudar todos os correlegionarios que nesta hora de luta e de incerteza, aqui acorreram sob o impulso forte da sua fé ardente, sincera e desinteressada.

Saudo-vos calorosamente em meu nome pessoal e em nome da comissão central que neste lance represento.

E cumprido singelamente este dever imperioso, quero aproveitar a oportunidade para, em largos traços, dizer um pouco da nossa historia, do nosso presente e do nosso futuro.

O nosso problema politico é resultante directo do problema politico portuguez.

Nasceu deste, por ele tem vivido e pela sua resolução continuará lutando.

A historia da politica nos ultimos tempos

Um pouco de historia.

Desde ha anos, principalmente a poz a victoria de Monsanto, uma luta surda mas tenaz, se esboçara no seio da velha agremiação partidária que é o P. R. P. ou mais propriamente, o Partido Democratico.

O divorcio entre os chamados dirigentes e os dirigidos, acentuava-se dia a dia. Os dirigidos, os que lutam e que sofrem, não compreendiam as tibias e hesitações dos dirigentes. Saídos de uma luta formidavel em que as liberdades publicas haviam sido violentamente suprimidas e o proprio regime republicano correrá sérios riscos, o povo humilde que, resignadamente, sofrera todos os vexames e heroicamente se batera em todas as barricadas, via com pasmo e com revolta, que os carrascos da vespera e vencidos de hoje, continuavam ocupando as suas antigas posições de mando, com grave ofensa para a dignidade dos republicanos e não menor perigo para a segurança da Republica.

As consequencias desse antagonismo entre as aspirações populares e as realizações governamentais, sentiram-nas bem todos os que assistiram aos ultimos congressos do P. R. P.

As resoluções desses congressos não eram acatadas nem pelos Directorios, nem pelos Governos. As promessas formais feitas ao povo republicano na hora em que o sentiam juiz, eram esquecidas logo que, alcançado o voto desejado, os dirigentes de novo se sentiam senhores do Directorio e do mando.

E aqueles que só na vontade dos congressos reconheciam capacidade de orientação e ás suas resoluções queriam permanecer fieis, eram envolvidos numa espessa réde de intrigas que enredava seus passos e ensombrava suas intenções.

Ou a cumplicidade do silencio, ou a perseguição afrontosa, —era o dilema posto—pelos regedores de Redondo a todas as consciencias limpas e altivas.

Falava-se, é certo, em nome da disciplina. Mas mandava-se em nome de um sindicato que se apossára dos altos destinos do Partido.

A nossa historia é a historia dessa luta dentro do partido a que durante tantos anos sacrificamos o nosso tempo, a nossa intelligencia e a nossa mocidade.

Leais aos compromissos tomados, desejamos cumprir e fazer cumprir os votos dos seus congressos. A' nossa lealdade de combatentes que não necessita de parapetos de abrigo para lutar e não entram em escaramuças de encruzilhada, responderam os nossos adversarios com uma guerra surda de extermínio, em que a calunia e a intriga foram as armas preferidas de combate.

Sucedeu o que era inevitavel viesse a suceder. Lutando com armas desiguais, a luta era desigual.

Onde nós tentavamos estabelecer um principio, surgia-nos uma calunia para desfazer. E—caso curioso— a mentira impressiona por vezes mais vivamente do que a verdade. E' difficil vencer uma campanha lançando á discussão um principio sério e verdadeiro.

E' facil vence-la lançando para o publico meia duzia de calunias e de mentiras.

Dir-se-hia que o nosso Povo tem mais sede de mentira do que da verdade.

Daí a frase voltairiãna «mente e mente sempre que da mentira alguma coisa fica...»

E fica.

Organisára-se em Novembro de 1924 um governo da minha presidencia.

Saído de uma luta tenaz, travada no seio do Grupo Parlamentar por aqueles que desejavam corresponder ás justas reivindicações populares expressas nos votos dos Congressos, esse Governo só tinha um caminho a seguir— cumprir inteiramente esses votos.

E cumpriu.

As liberdades andavam postergadas.

Contra todas as afirmações da propaganda, contra os principios consignados nos programas partidarios, contra disposições expressas na lei, prendiam-se portuguezes e, sem culpa formada, conservam-nos presos por tempo indeterminado.

O Governo cumpriu a lei— e mandou soltar todos os que, sem culpa formada, se encontravam presos ha mais de oito dias.

Paltando a todos os compromissos da propaganda, esquecendo as determinações da Constituição, ninguém tinha pensado em fazer aprovar a lei reguladora *Habeas Corpus*. O Governo cumpriu o seu dever, e ao Parlamento apresentou a respectiva proposta de lei.

Batalhara-se contra os monopolios. Mas, proclamada a Republica, os monopolios subsistiam, acarinhados pelo Poder, explorando livremente a miseria do povo.

O Governo honrou as suas afirmações da propaganda, apresentando ao Parlamento uma proposta de lei tendente a estabelecer o regime de liberdade de fabrico e de venda para os tabacos e para os fosforos.

Gritava-se contra os abusos da finança. Os bancos, banquinhos e banquetas, surgiram por toda a parte como tortulhos em manhã de inverno. A especulação desenvolvia-se sem peias e sem perigos. As industrias parasitariãs multiplicavam-se. O comercio miliciano realisava fortunas — ficticias, embora, á custa da miseria do Povo.

O Governo encarou a situação de frente e fez publicar o celebre decreto regulador da industria banca-

ria que tanta calunia levantou e foi a causa ultima da queda do ministerio.

E' apavorante a situação de algumas das nossas Colonias. Angola e Moçambique atravessam uma crise gravissima. As demais colonias vivem a sorte dos seus Governadores. Não ha um plano de administração colonial. O Terreiro do Paço desconhece, em regra, a sorte das suas colonias. Separam-nas do continente formidaveis barreiras alfandegarias. A acção nefasta do Branco Nacional Ultramarino, tornando impossiveis as transferencias, desnacionalisa as nossas colonias, desvia a emigração portugueza do seu verdadeiro destino e arruína a industria nacional que não pode concorrer aos mercados estrangeiros, nem pôde conservar os nossos mercados coloniais.

O Governo estudou corajosa e inteligentemente o problema colonial.

A sua proposta de financiamento de Angola é a unica tentativa inteligente de solução para a crise financeira que esmaga aquela rica provincia. Afirmamos o nosso proposito de suprimir as barreiras alfandegarias que separam as colonias da Mãe Patria e ordenara-se um inquerito rigoroso que permitisse estabelecer um plano de acção colonial capaz de pôr termo á vida de incerteza e de aventura em que vive a nossa administração por esse departamento do Estado.

E' a ruina das estradas um motivo de protesto permanente contra a administração republicana. Os seus portos, os seus Caminhos de Ferro, os seus correios e telegrafos, atravessam uma crise difficil para cuja solução não se olha com o carinho que aos governantes devem merecer serviços tão importantes para a vida do Estado.

O impulso que esse Governo deu á solução desses problemas, tem merecido os mais justos louvores até da parte daqueles que para a «esquerda democratica» nunca olharam com olhos amigos.

Cresce o analfabetismo. As escolas estão convertidas em horriveis pardieiros. A assistencia infantil continua a ser uma vaga aspiração de genericos idealistas. A educação da nossa juventude continua a ser privilegio de ricos. Só raras energias conseguem vencer as difficuldades que se espalham pelo caminho áqueles que, filhos de pobres, desejam educar-se e instruir-se.

E com que carinho, com que fervôr o Governo tentou iniciar o seu combate contra o analfabetismo, descentralizando o ensino, valorizando o professor, dando assistencia á criança e tornando gratuito todo o ensino!

Falta-nos trigo para o nosso consumo. E temos terrenos incultos. Incultos ou mal aproveitados o que, por vezes, se equivale. Por falta de braços? De forma alguma. Todos os anos, dezenas de milhares de portuguezes vão procurar em paizes estrangeiros trabalho que aqui lhes escasseia ou lhes é miseravelmente retribuido.

Imperfeita a cultura, deficientes são tambem as condições de povoamento. A irrigação do Ribatejo e do Alentejo, a fixação de colonias portuguezas nas regiões do sul, constituíam objecto de estudo do Governo que, em trabalhos notaveis, tentou resolver problemas tão vitais para o Paiz. A ignorancia de uns e a má fé de outros adiaram mais uma vez a realisação de uma obra que á força de retardada, já a muitos se afigurava utopica.

E foi assim que, fiel ás suas promessas e ao seu programa, o governo da minha presidencia procurou corresponder á confiança que nele depositara o Povo Republicano.

Não afrontou, nem perseguiu quem quer que fosse. A todos respeitou. A ninguém agravou. Mas tambem não permitiu que o agravassem. Garantiu liberdade plena a todos os cidadãos, sem olhar a classes, nem estabelecer privilegios.

Mas colocou acima de todos o imperio da lei. Não hesitou em aplicar as sanções legais a todos aqueles que julgando-se invulneraveis e superiores á lei, não respeitavam governos nem regime.

Luctou contra os poderosos até então dominantes.

Mas defendeu o prestigio do Poder e a vida dos mais humildes.

Luctou ao lado dos explorados contra os exploradores. Colocou-se ao lado daqueles que querem viver livremente, honradamente do seu trabalho e desejam que o homem que trabalha tenha as garantias necessarias para a dignidade da sua vida.

Mas combateu, sem tréguas e sem hesitações, todos os que estão habituados a viver á custa do trabalho alheio.

Eram principios sagrados da Democracia os que esse governo proclamou.

Ninguém os poderia contestar.

Mas lançou-se para a discussão com a calunia.

Apontaram-nos como bolchevistas á consciencia timorata da Nação.

Espalharam a protervia de que a nossa frase—«a força publica não serve para espingardear o Povo» era um ultrage á força armada.

E aquilo que representava o reconhecimento do prestigio da força armada—que não pode ser a inimiga do Povo—foi tomado como uma afronta.

A mentira mais uma vez venciu a verdade.

O partido Democratico é hoje uma agencia de negocios em vespera de falencia fraudolenta

Facil e efemero foi o triunfo da mentira. Após a tempestade vem a bonança. Por cima das nuvens brilham as estrelas. Após a noite cerrada que á nossa volta fez uma campanha de mentira e de calunia como outra igual não aponta a nossa historia politica, principia a surgir a alvorada de melhores dias.

Derrotados com a mentira, triunfaremos pela Verdade.

Mas a lucta que então se travou, delimitou campos e definiu situações. Os democraticos directistas, formando a coligação de todos as forças conservadoras, cavaram entre eles e nós um abismo intransponivel.

Nós não podiamos acamaradar com homens que, com um impudor inaudito, se afirmavam ao lado dos exploradores contra os explorados, derrubando um governo que defendia a tésese oposta.

Não deviam militar sob a mesma bandeira, homens que defendem a abominavel doutrina do «fogo ao centro do alvo para poupar munições» e homens que afirmam que a «força publica não se fez para espingardear o Povo».

Separava-nos um abismo. E o conflito teria que estalar.

O Congresso do Camões não quiz resolver o conflito já então insolúvel. Aprovando o nosso doutrinarismo, elegeu o Directorio que representava a corrente oposta.

Manobras eleicoeiras de velhos eleicoeiros para quem a arte de escamotear eleições não tem segredos?

Sem duvida. Mas o facto consumou-se. E quando após a victoria nos atiraram á cara com a afronta de um Governo que, «segundo a frase de um dos actuais ministros, *se propunha implantar definitivamente o regime da corrupção e da prostituição da Republica*, outra attitude não podiamos honradamente assumir que não fosse a de derrubar tal Governo.

Homens que nunca hesitaram no cumprimento do seu dever, tambem não podiam hesitar naquele momento.

E não hesitaram. Derrubaram o governo.

Vieram depois as irradiações. O Directorio que até então nunca sentira a necessidade de impôr disciplina áqueles que se tinham transformado em impenitentes *tombens de ministeres*, não governando, nem deixando governar, sentiu-se com autoridade moral bastante para irradiar aqueles que, por um dever de consciencia, não estavam dispostos a prestar a sua solidariedade, a um governo que *tinha por missão implantar definitivamente o regime da corrupção e da prostituição da Republica*.

Perante o arbitrio de tal resolução contra nós tomada por vassallos inconscientes de um tiranete sem escrúpulos, foi nosso primeiro proposito recorrer mais uma vez para o Congresso Geral desse partido. Não aceitavamos a posição de reus. Não tínhamos que estabelecer a nossa defesa. Cumpria-nos antes formular a nossa defesa. Cumpria-nos antes formular a nossa ultima acusação.

Confiamos ainda na massa anonima desse partido. A voz dessa massa tinha bradado tanta vez a sua revolta contra os processos dos seus actuals dirigentes, havia tanta unidade de pensamentos e de aspirações entre nós — victimas de um acto arbitrario praticado por um inferior directorio de suplentes — e as eternas victimas de todas as traições desse corpo dirigente, que foi nosso primeiro impulso ir junto desses humildes soldados do P. R. P. tentar um ultimo esforço de resurgimento e de resgate.

Mas vieram as eleições. E tais e tão criminosas tropelias se praticaram contra todos os irradiados, foi tal a sanha de exterminio que contra os seus antigos companheiros de lucta moveram os actuals orientadores do P. R. P., tão inferiores se mostraram, tão afastados do espirito republicano se revelaram, que toda a tentativa de entendimento nos dim nua e rebaixava.

O Partido Democratico é hoje uma agencia de negocios em vespera de falencia fraudulenta.

Não podemos, nem queremos ter quaisquer contactos com homens que de processos tão baixos se servem para continuarem tripudiando sobre a vontade da nação.

A nossa moral, os nossos processos, o nosso idealismo não podem confundir-se com a moral nem com os processos dos democraticos. Não falamos já de idealismos. Foi flôr que secou naquele canteiro. Hoje só o materialismo tórpe domina aquele agregado de homens que a ansia de conservarem o Poder ainda mantem unidos.

E' por isso que aqui nos encontramos. Tal é a nossa historia.

Justifica-se a existencia do Partido Republicano da Esquerda Democratica

Feita a nossa historia a traços largos, falemos agora no presente.

Homens a quem abrasa a fé ardente nos destinos da Democracia não podem estar separados do presente nem pelas lamentações dum passado lendário, nem pelos vãos fantasistas dum futuro imaginario.

Nem somos carpideiras chorando um passado que não volta, nem fatalistas inconscientes esgotando a vida na esperança de uma redenção messianica.

Todos os dias a vida passa junto de nós turbulenta, ansiosa de progresso, sequiosa de verdade e de beleza. Seremos dignos da nossa missão se relembrando o esforço heroico dos nossos heróis — os martyres da Patria e da liberdade — soubermos honrar essa herança sagrada, levando-a mais longe, realizando novas conquistas e não deixando a nossos filhos a dolorosa tarefa de reencontrar, por detraz dos nossos passos, as lições do sacrificio.

Estão neste momento olhando para nós, seguindo os nossos passos, ouvindo as nossas palavras, espreitando as nossas atitudes, alguns milhões de portugueses. E' de expectativa benevola a posição que o País toma perante a nossa attitude. Transformar essa expectativa em confiança, depende apenas de nós. E para realisar a sua esperança, o País tem necessidade da nossa acção.

Mais que um alto e consciente idealismo, alimentou a tradição republicana uma profunda sentimentalidade. Meridionais como somos, comove-nos e arrasta-nos mais fortemente a paixão sentimental do que o doutrinarismo abstrato.

O doutrinarismo só consegue despertar entusiasmos quando o cercam e embelesam, profundas rasões sentimentais.

Nós triunfaremos se a favor do nosso doutrinarismo politico conseguirmos despertar uma sentida emoção entre os republicanos.

Senhores: O segredo do rapido triunfo do nosso doutrinarismo desvenda-o quem conhecer a ordem da *sentimentalidade da esquerda*.

Ela é a sobrevivente de todas as ardentes paixões que animaram os antigos propagandistas da Republica e que tem sido transmitidas, como fogo sagrado, de geração em geração.

Ela é a expressão viva dessa solidariedade que homens saídos do Povo, homens de trabalho, uns aos outros devem, como tributo de sangue, como herança intangivel de resgate.

Ela é a voz que grita a sua revolta contra todos os privilegios, que canta o seu anseio imortal de liberdade e que chama ás barricadas para combater as tiranias.

Ela é enfim a voz de seculos de lucta, martyrios sangrentos, que tem atravessado a historia da Humanidade clamando — Justiça.

Simplemente essa sentimentalidade, para ser fecunda e invencivel, precisa de um programa de acção.

Mercê de precencias varias que uma politica de traição aos principios tem permitido, o programa do P. R. P. de que acabamos de sair é vago, incaracteristico e anodino.

Afirmamo-lo quando ainda nos batiamos sob a sua bandeira. Confessam-no alguns espiritos cultos — bem poucos eles são — que mais por atavismo que por fé nos seus destinos ainda se conservam arregimentados em tal partido.

E' esse malabarismo politico que permite a homens com responsabilidades politicas e responsabilidades intellectuais afirmarem que o P. R. P. deve ocupar a extrema direita da Republica, enquanto outros com iguais responsabilidades, o pretendem colocar na esquerda, não faltando ainda quem o defina como um partido intermedio.

E assim é que tomando varias côres conforme a utilidade de momento, esse partido vem formando governos com tendencias conservadoras, moderadas ou radicais, não tomando posições definidas, não governando nem deixando governar, não se fortalecendo como partido nem permitindo que outros partidos se organisem.

Falho de idealismo recorre ao suborno. Falho de votos, não hesita em praticar as mais torpes violencias para conquistar alguma posições de mando. Fecha as portas da lucta legal para abrir o caminho a todas as sedições.

Arredados de tais processos que desde ha anos temos combatido, incompativeis com a sua moral, crenças nos destinos da Democracia, só um caminho nos resta: — *constituirmo-nos em partido e formularmos um programa de acção que corresponda ás modernas correntes ideologicas e traduza fielmente a grande e profunda sentimentalidade da esquerda republicana*.

Eis, senhores, a primeira proposta que tenho a honra de formular a este Congresso.

Proponho que desde esta hora nos *consideremos organizados em partido novo e que a esse partido se dê a designação de Partido Republicano da Esquerda Democratica*.

Senhores congressistas: Justificada exuberantemente a primeira parte da minha proposta — ou seja demonstrada a necessidade de nos constituirmos em partido — não vos cançarei demasiadamente com a justificação do titulo que para ele proponho.

Perfilho a doutrina de Engels quando afirma que os *verdadeiros* partidos politicos não tem nunca uma denominação que lhes convenha completamente; o partido desenvolve-se, a denominação fica.

Não affirmo que a designação que tenho a honra de propor ao Congresso seja scientificamente exacta.

Mas foi á sombra dessa designação que nós travámos os mais rudes combates da nossa historia politica. Foi contra o nosso *esquerdismo* que se organizou a co-

ligação de todas as forças conservadoras, numa ansia infernal de extermínio.

O *esquerdismo* foi a nossa bandeira de combate e o nosso escudo de defeza. As perseguições que ao nosso *esquerdismo* fizeram todos os instalados na vida tornaram-no popular, sagrado e inviolável.

Renega-lo nesta hora em que já se vislumbra a alvorada do triunfo, seria uma negra traição que muito se assemelharia a uma ignobil covardia. Abandonar, em vésperas de triunfo, o nome que nos serviu de prego de guerra, seria tão vergonhoso como abandonar no campo da batalha a bandeira á sombra da qual nos tivéssemos batido.

Esquerdistas nascemos, como *esquerdistas* devemos morrer. Não será nome que impedirá que o partido se desenvolva. Foi ele que lhe deu a vida. E não será o nome que nos impedirá de realirmos a nossa missão histórica, nem ele é tão anodino que não marque inconfundivelmente a nossa posição dentro da Republica.

O nosso partido *marca a sua posição na extrema esquerda da Democracia.*

O novo partido terá por base o programa de 1891

Organizados em partido e escolhida a sua designação, resta-nos estabelecer um programa que esteja em harmonia com a posição que marcamos dentro da Democracia e com as aspirações nacionais.

Não é, senhores, no curto espaço que temos para reunir, sob a ardente fé patriótica que nos anima, ante o entusiasmo candente de uma multidão que vibra, que se pode proceder á organização de um programa partidário.

Trabalho que para nós acarreta tremendas responsabilidades, ele deve ser refletido e consciencioso. Estão nele empenhadas muitas dezenas de milhares de consciências. Aguardam-no, em ansias de neofito que procura uma nova fé, muitos milhares de espiritos de élite.

Democratas como somos, desejamos a conquista da alma popular. Mas não cumprimos a nossa missão se não alcançarmos as simpatias das nossas *élites*.

A Esquerda Democratica longe de desprezar as *élites*, cultiva-as; longe de as combater, acarinha-as.

E' a acção dessa élite que tem tornado possíveis todos os movimentos emancipadores da Humanidade. Se por uma catastrophe impossível de prever as *élites* intellectuais da nossa sociedade desaparecessem, todas as conquistas da sciencia, todas as victorias da liberdade com ela morreriam.

A igualdade que ambicionamos não tem por finalidade nivelar as *élites* rebaixando-as; mas antes deseja que elas se formem livremente, subindo em perfeição e em valor.

A Democracia não é invejosa de tudo que se eleva acima da mediocridade. Deseja ao contrario, que se elevem e subam todos os que tiverem merito para se elevarem. Não aceita as *élites* impostas e recrutadas, exclusivamente ou de preferencia, entre os filhos de uma determinada classe social e proclama a necessidade de se aproveitarem todos os valores onde quer que eles se encontrem.

Mas pede que se valorise e aproveite o capital intellectual de cada geração.

Assim pois, a esquerda democratica precisa organizar um programa que corresponda ás ardentes aspirações da massa popular e traduza fielmente a sentimentalidade da esquerda.

Mas esse programa deverá tambem traduzir tão alto idealismo e adaptar-se tão intimamente aos ensinamentos da moderna sciencia social que os espiritos cultos o sigam como uma necessidade imperiosa da sua intelligencia.

Isto assente, supomos que só uma solução se impõe. Desvirtuado e desfigurado o velho programa republicano, a nós cumpre restabelece-lo na sua primitiva pureza.

E assim tenho a honra de formular a minha segunda proposta:

Proponho que o *Partido Republicano da Esquerda Democratica* tome para base de doutrinarismo politico o velho programa do Partido Republicano, publicado em 11 de Janeiro de 1891.

Senhores Congressistas: 36 anos passados sobre esse velho programa impõe-se-nos a obrigação de o renovar e readaptar em harmonia com os ensinamentos do Mundo moderno.

Mas ao contrario do que se tem feito, é indispensavel renovar este programa, tornando-o ainda mais progressivo e procurando ajusta-lo ás aspirações da alma popular.

Não o desviemos da sua origem—o Povo.

Não o abastardemos em holocausto aos seus inimigos de sempre—os reaccionarios de varios matizes.

E' nessa obra de renovação e readaptação do velho programa republicano que devemos pôr todo o nosso enternecido carinho.

Trata-se de reacender a fé em corações que desenganos e traições sem conta, gelaram.

Temos que chamar para a vida activa da politica todos os velhos idealistas republicanos a quem o aspero sopro dos desenganos crestou as flores viciosas da sua fé illimitada nos destinos da democracia.

Trata-se ainda de crear uma fé nova que ponha termo ás hesitações da nossa mocidade, revelando á sua alma generosa, sedenta de verdade e de justiça, o caminho da redenção.

Tata-se enfim de organizar a heroica milicia que terá por missão construir um Portugal maior sob a égide de uma democracia mais pura.

Mas a vontade de construir nada vale sem a sciencia de construir.

A minha segunda proposta terá pois um aditamento.

Proponho que o directorio que vier a ser eleito fique autorizado a modificar o programa partidario em harmonia com as conclusões que forem adotadas pela aprovação das teses a discutir, devendo o programa assim revisto ser apresentado no futuro congresso.

Fica assim definida a nossa posição presente.

O Partido Republicano da Esquerda Democratica adota desde já o programa do Partido Republicano publicado em 11 de Janeiro de 1891, com as modificações que lhe resultarem dos votos do Congresso.

O futuro—pela Republica Social

Dissemos donde viemos—a nossa historia.

Afirmamos o que somos—o nosso presente.

Revelemos agora para onde vamos—o nosso futuro.

Senhores Congressistas: não é meu proposito neste momento traçar um largo programa de acção.

Só o problema politico eu quero tratar e esse é tão complexo que absorve todo o meu pensamento e todas as minhas horas de estudo e meditação.

E' indispensavel que os republicanos não limitem a sua acção aos facéis torneos de rectoria.

Importa sobretudo pôr de pé uma doutrina nova de liberdade compativel com as dôres, os desenganos e os formidaveis problemas deixados pela Guerra.

Sente-se que das camadas mais profundas da sociedade sobe um apelo a todas as consciências da nossa terra.

Ha ansiedade de uma nova fé.

O Estado transformado em simples formula de equilibrio de interesses, despoja a raça de toda a sua espiritualidade e entrega-a ás aventuras do acaso.

Rabindranath Tagore, o subtil e mavioso poeta hindu, escreveu algures:

«O Ocidente não teria podido nunca elevar-se ás eminências que atingiu se a sua força fosse apenas a força do bruto ou da maquina».

«O divino no seu coração sofre das feridas que as suas mãos infligiram ao mundo, e desta dôr da sua natureza superior decorre o balsamo secreto que cicatrizará suas feridas».

A CHOLDRA

As feridas ei-las: «O conflito entre o indivíduo e o Estado, o Trabalho e o Capital, o Homem e a Mulher; conflito entre a ambição do ganho material e a vida espiritual do homem, o egoísmo organizado das nações e os grandes ideais da humanidade; o conflito entre as pesadas complexidades inseparáveis das gigantescas organizações comerciais e governamentais, e os instintos naturais do homem gritando pela simplicidade, pela beleza e pela plenitude do prazer—todos estes conflitos lerão de ser resolvidos por uma maneira ainda hoje insuspeitada».

Assim escreve esse grande e glorioso velhinho que lá para as bandas do Ganges tão alto vem cantando o génio da sua raça.

Todos estes conflitos que Tagore descreve, nós os sentimos perturbando e agitando as consciências e os espíritos da nossa terra,

E' bem certo que os nossos governantes tem o ar de quem ainda se não apercebeu dessa inquietação. Mas é também verdade que é na agitação das consciências que se preparam, pouco a pouco, os grandes movimentos.

Desordenada e esquecida, essa agitação poderá conduzir-nos ao aniquilamento de todas as conquistas da sciencia.

Estudada e orientada ela poderá levar-nos a novas conquistas, às conquistas da liberdade tendo por base a Justiça.

Entendemo-la pois.

Estudemo-la e tentemos orientá-la.

—Senhores Congressistas:

A Democracia tem um fundamento filosofico.

Ela não é apenas sentimento intuitivo. Ela é ao mesmo tempo razão e sentimento.

Tem uma base moral.

E a base moral da democracia é o reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

Esta concepção fundamenta e explica toda a acção que a Esquerda Democrática se propõe desenvolver.

Ela assegura o reconhecimento de todas as liberdades individuais e justifica todos os melhoramentos de caracter social que certos doutrinarios supõem uma concessão generosa e nós afirmamos constituir um *dever social*.

Afirmar o nosso respeito pela dignidade humana implica o reconhecimento de todas as liberdades publicas; liberdade de consciencia, de palavra, de imprensa, de associação, de reunião, etc.

O cerceamento ou a supressão dessas liberdades implica uma grave ofensa á dignidade humana cuja característica diferencial é ser livre.

Em segundo lugar — e como condição de liberdade — do reconhecimento da dignidade humana deriva a necessidade do sufragio universal.

E' por isso que o sufragio universal aparece sempre como uma condição essencial da Democracia.

Por sua vez o sufragio universal exigindo a participação de todos os cidadãos, ricos ou pobres, na vida politica nacional, tende a elevar o nivel intelectual e moral do individuo.

Em boa verdade a dignidade da pessoa humana é sobretudo o producto da educação.

E assim poderemos afirmar que o futuro politico da Democracia depende do renascimento das suas forças educativas.

A reforma do nosso sistema de ensino arcaico, fundado sob a odiosa distincção de classes, é um dever da democracia.

Reformar a escola seria assim restabelecer a igualdade social entre as creanças; garantir a cada uma o direito de receber o ensino que melhor se adapte aos seus dons proprios, ás suas tendencias particulares, ao espirito e ás necessidades do seu meio.

Escolas para agricultores nas regiões agricolas; para operarios nas regiões industriais, etc. todas elas dotadas de um ensino geral e de um ensino especial.

A' igualdade perante a instrução, juntemos a igualdade perante a educação por forma que o filho de rico

ou de pobre se julge ao nivel da dignidade de todos os outros.

Mas o reconhecimento da dignidade humana implica ainda a necessidade de reparar todas as injustiças sociais que condenam uma parte do povo a viver uma vida inferior.

A democracia proclama a soberania do povo.

A Democracia foi até, na sua origem, uma religião com a sua arca santa e os seus dogmas intangíveis. O Direito divino dos povos substituiu a velha doutrina do direito divino dos Reis

Ao dogma da soberania do Rei, a quem todos os subditos devem uma obediencia incondicional, substituiu-se o dogma da infabilidade do povo cuja voz se exprime pela boca dos seus representantes eleitos.

Confessemos. Estas concepções não deixaram de ter a sua magestade. Para substituir uma mistica, creou-se uma nova mistica. Quiz-se fazer acreditar o povo na sua propria infabilidade antes mesmo de se entrar no exercicio da sua soberania e ter iniciado a sua aprendizagem.

Hoje o conceito que creou a antiga mistica democratica encontra-se em franca decadencia.

O dogma da infabilidade do povo acarretava a ideia perigosa e erronea da infabilidade do legislador eleito. Criticar a acção deste, constituiria não um dever mas uma feia impiedade.

Mas a breve trecho o povo apercebeu a falsidade com que lhe falavam aqueles que o proclamavam *soberano infalivel*.

Como admitir tal infabilidade a um soberano, que governando atravez de gerações seguidas, não consegue moifficar a sua propria situação de pária?

Como acreditar na sua infabilidade aquele que todos os dias se confessa enganado com a traição dos seus eleitos?

Por muito que tal doutrina fale ao orgulho do povo nós os usamos contesta-lo preferindo falar-lhe a linguagem da verdade.

Nem eram infalíveis os reis. Nem são infalíveis os povos e muito menos os seus representantes eleitos.

E porque não é infalível, o povo não conseguiu ainda a extinção da miseria que invade o seu lar de soberano em andrajos de pedinte.

E' soberano um dia—no dia em que vota.

Mas os anos passam e a sua miseria aumenta.

Mineiro, pintor, pedreiro, lavrador, jornaleiro, trabalhador manual ou trabalhador intelectual, o soberano passa a vida sob a premente necessidade de ganhar o bastante para se alimentar «a si e aos seus», vestir-se, tratar-se em caso de doença, vindo com amargura que todas as tardes lhe desaparece pelo alcapão magico das suas despesas o que na vespera ganhara á custa dos maiores sacrificios.

Não tem prazeres.

Analfabeto ou com um grau de instrução que desse estado primario muito se aproxima, ele não pode gosar os prazeres do espirito que os ricos tantas vezes desprezam.

Sem comodidades no seu lar, quantas vezes a taberna é o triste refugio deste soberano exilado?

E' certo que muitos ricos não aproveitam melhor o seu tempo.

Mas certo é também que estes só de si se podem queixar.

Eles receberam a cultura indispensavel.

Se não fossem preguiçosos ou mediocres, tudo quanto o genio humano tem produzido de belo e de grande nas artes, na literatura e nas sciencias poderia ocupar o seu espirito ou encantar seus olhos.

E tudo isso está vedado ao pobre ainda quando ele se arvora em soberano.

Este foi condenado ao ostracismo. Está fora da humanidade. Trabalha uma vida inteira. A sociedade regateia-lhe os magros vintens com que retribue a sua actividade.

E quando chega a hora da sua invalidez, quando os braços já não tem força para manejar os instrumentos

do seu officio, quando as pernas se recusam a andar, quando o cerebro deixa de pensar e a vontade já não sabe agir, a sociedade abandona-o como um trapo inutil ou arreda-o com a um animal incomodo.

São, por vezes, mais felizes os cães, porque o dono os sustenta até á morte.

A dignidade humana exige a reparação de tão formidavel injustiça.

A herança que gerações de seculos transmitiram sob a forma de riqueza adquirida, de meios de trabalho, de comodidades de vida, não pode ser privilegio, exclusivo de uma classe.

E ao Estado democratico, regulador dos direitos de todos os cidadãos, cumpre velar por que não haja um só portuguez que morra de fome e ainda por que esse patrimonio sagrado dos nossos maiores seja repartido por todos.

Um regime nacional e geral de seguros sociais, tendente a assegurar a dignidade e o sustento de todo o trabalhador é o dever primario duma democracia.

A Esquerda Democratica que se bate pela Republica social não poderá esquecer este elementar dever na primeira hora do seu Governo.

O Estado Republicano

Eis-nos, enfim, em face do Estado republicano. Qualquer que seja a ideologia politica dos homens que pretendem governar e a Esquerda Democratica é um partido de governo—a ideia do Estado surge inevitavel como orgão realizador do seu pensamento politico.

Organizar o Estado em moldes democraticos, é assegurar o triunfo da Democracia. Adaptar a organização monarchica ao regime democratico é condemná-lo a insuccesso seguro.

A gímens novos devem corresponder instituições novas, palavras novas, processos novos, sob pena de tudo se confundir—o bom e o mau.

Não ha bom governo sem uma inteligente colaboração dos administrados. O governo moderno requiere saber, reclama o auxilio de tecnicos inteligentes e exige uma lealdade absoluta da parte daqueles que teem por função aconselhar o governo ou executar as suas determinações.

Ontem o Estado tinha por finalidade principal punir; hoje é a sua função organizar. Becaria cede o seu lugar a Faial e a Taylor.

Ora o Estado republicano não se organiza. O Estado não é uma abstração. O Estado são os homens.

E os homens que dirigem o Estado republicano, não criaram instituições republicanas. Não organizaram a Republica.

Robespierre afirmava num dos seus escritos que a ideia de Estado republicano exige um exercito republicano, magistratura republicana, imprensa republicana e finanças republicanas. Marx, por sua vez, aconselhava o proletariado a quebrar essa maquina tactica e substitui-la por uma nova, organizando a policia, o exercito e a burocracia com a totalidade do povo armado.

Em Portugal a Republica não fez derramar sangue, nem intelligiu martirios. Foi amplamente generosa.

Mas não soube defender-se, nem organizar-se.

A invasão de todos os agentes da Reacção nos quadros da Republica é a consequencia inevitavel dessa deficiencia organizadora.

Não tendo podido vencer o Estado republicano por meio de armas, os reacionarios fingiram ceder, intrometendo-se dentro da vida republicana e imprimindo-lhe a orientação que melhor convem aos seus desígnios.

Não temos Republica sem republicanos, mas estão «os republicanos sem Republica».

Ha, pois, um primeiro trabalho a realizar—organizar a Republica em moldes republicanos.

Se o Estado são os homens que o servem, um Estado republicano só pode ser bem servido por funcionarios republicanos.

O Estado funciona mal. Todos o sentem. E, na realidade, o mal só será grave se teirmos em ignorar, ou

nos resignarmos em ignorar, ou nos resignarmos a suportá-lo passivamente. Nenhuma das situações convem aos homens da Esquerda Democratica. Não podem fingir ignorancia, tal é a evidencia da crise. E homens de acção não se resignam a ver caminhar o mal, sem lhe dar combate e tentar vencê-lo. E, afinal, de que sofre o Estado republicano, em Portugal?

De todos os males de que enferma o Estado, não é o menos a impotencia em que ele se encontra para resolver os varios problemas nacionais pelos metodos e segundo as formulas democraticas.

Quais as causas dessa impotencia?

Já apontámos uma das mais importantes—a falta de uma organização burocratica medularmente republicana. Mas não é essa a unica causa. Nem talvez a maior.

Os doutrinarios da Reacção garantem o fracasso da Democracia, afirmando que ela havia de fracassar entre a anarquia ou despotismo. Insinuavam que o corpo eleitoral, mormente sob o regime do sufrágio universal, se caracterizava por uma ligeireza e versatilidade fatais á boa marcha do Estado.

Duvidavam do desinteresse do Povo, sorriam quando se falava na sua clarividencia e não duvidavam afirmar que a Democracia desenvolveria no corpo da sociedade, como um cancro devastador, a corrupção e o trafico da consciencia.

Não pretendemos encobrir erros.

Reconhecemos que alguns dos inconvenientes previstos pelos partidarios da Reacção se estão realisando.

Simplemente afirmamos que eles não são consequencia necessaria do regime democratico.

A Democracia pode manter e tem mantido em varios periodos da sua vida, a ordem sem necessidade de recorrer á violencia.

E' ainda no povo que maior porção de desinteresse se descobre, que maior clarividencia se revela e será uma boa e sã democracia—tal como nós a preconizamos—o mais eficaz antidoto contra a corrupção e trafico das consciencias.

Mas o mal maior da nossa Democracia é a sua impotencia legislativa.

O orgão legislativo funciona irregularmente. Está abaixo da sua função.

O parlamento dá, por vezes, impressão de um grande corpo amorfo que, ou não tem vontade, ou não sabe traduzi-la em factos.

Culpa de quê? Culpa de quem?

O Parlamento é mal recrutado

O sufrágio universal, condição primaria de uma verdadeira democracia, tem sido notavelmente mutilado.

Tirou-se o voto ás mulheres, reincidindo na arcaica e falsa doutrina da inferioridade do sexo feminino, sem se ter reparado que ela desempenha hoje todos os cargos que ao homem é licito desempenhar.

Ha mulheres medicas, advogadas, professoras, funcionarios do Estado. Porque não poderão ser eleitoras?

Porque se ha de proibir a uma professora de ensino primario, secundario ou superior o direito de ter voto? Porque nega-lo áquelas que exercem profissões intellectuais tais como a medicina ou a advocacia?

Entendo que a Republica tem seguido nesta materia caminho absolutamente oposto ao que devia ter seguido. Longe de cumprir o programa republicano que preconisa o sufrágio universal, o Estado republicano vai de regresso, restringindo o direito de voto e terindo assim a liberdade aos cidadãos.

Pior que isso, porém, o sistema eleitoral ultimamente em vigor. A organização do recenseamento é uma burla. E as eleições teem sido feitas ultimamente por forma tão indecorosa que envergonhariam qualquer cacique da monarchia.

E, contudo, só umas eleições, livres e sinceras, podem livrar o Estado dos sobressaltos revolucionarios.

Quando a um partido se fecham as portas do Parlamento, roubando-lhe as eleições, corrompendo as consciencias e transformando o governo do povo pelo povo numa vil farça, abrem-se-lhe as portas para todas as tentativas revolucionarias.

A CHOLDRA

Um povo, sinceramente amante da Democracia, deve olhar com o maior carinho e com a maior firmeza para os seus costumes eleitorais.

A restrição do sufrágio eleitoral permite mais facilmente a eleição de representantes do Povo que serão na realidade os agentes das potencias do dinheiro que os fizeram eleger.

As falcatruas eleitorais são o unico recurso de que os mediocres, mal intencionados, lançam mão para occuparem uma opposição que não lhes pertence.

A Esquerda Democratica preconiza, como remedio para situação tão aviltante, as seguintes medidas.

1.^o—*Sufragio universal, sem exclusão da mulher, pelo menos, da mulher diplomada.*

2.^o—*Sistema proporcional com a representação de minorias, por forma a garantir a cada grupo o numero de representantes, proporcional ao seu valor eleitoral;*

3.^o—*Voto rigorosamente secreto, de forma a garantir a inteira liberdade de consciencia.*

4.^o—*Medidas rigorosas contra todas as autoridades—princípios pelo ministro—que por má fé, crime ou desleixo concorram para o viciamento do acto eleitoral.*

O Parlamento e a reforma Constitucional

Mas o Parlamento não funciona mal só porque é má a forma da sua constituição.

O Parlamento funciona mal porque a sua engrenagem interna é demasiadamente complicada, sem deixar de ser imperfeita.

Qual a utilidade do sistema bi-camaral, sobretudo quando os representantes de ambas as Camaras tem a mesma origem e representam as mesmas pessoas?

Se aos parlamentares, em regime democratico, cumpre interpretar a vontade popular, que utilidade haverá em fazer representar essa vontade duas vezes?

E quando as duas Camaras não estiverem de acôrdo qual delas poderá arrogar-se o direito de melhor representar aquela vontade popular?

A organização do nosso Senado, renovavel por periodos de três anos, pode permitir a um partido que perdeu a maioria na Camara dos Deputados—a Camara politica—conservá-la no Senado durante mais de seis anos o que constitue um dos mais curiosos paradoxos do nosso direito publico.

O sistema bi-camaral, injustificavel dentro do terreno dos principios, é a causa maxima da demora dos trabalhos legislativos, sem uada contribuir para o seu aperfeiçoamento.

O sistema das duas Camaras, dando duas cabeças ao poder legislativo, impede-o de ter uma vontade segura.

O Senado representa nesse conjunto apenas uma força de inibição.

Quando o Paiz exige uma vontade firme capaz de agir com a mesma rapidez com que decorrem os acontecimentos, temos um Parlamento com duas cabeças e duas vontades distintas, incapaz de agir rapidamente e não mais capaz de agir com acerto.

Multiplicaram-se as rodagens do órgão legislativo na esperança de assim esbater a sua mediocridade. O resultado foi a paralisação do poder legislativo sem nenhuma especie de vantagens para o seu funcionamento.

A Camara dos Deputados representa mal a vontade da Nação! E quem garante que o Senado a representa melhor?

Sabemos bem que de outros males ainda enferma o nosso parlamentarismo.

Alem de moroso, é imperfeito no seu trabalho legislativo.

As leis não se cumprem muitas vezes porque se não entendem.

Uma lei é um monumento juridico que ficará permanentemente defeituoso se nela não intervierem os homens da arte que são os tecnicos do direito.

Temos, é certo varios organismos de informação e interpretação das leis.

Não temos um só que tenha por função preparar e rever a lei antes de ela ser publicada.

Um representante da Nação pôde não ser um tecnico jurista. Mas é indispensavel cercar a lei de todas as garantias de cumprimento.

A primeira dessas garantias é a sua clareza aliada á sua perfeição tecnica. Será bem executada a lei que for bem compreendida.

As comissões parlamentares por vezes não bastam. As leis publicadas no «Diario do Governo» não primam pela clareza, nem pela perfeição tecnica.

Vive para aí um Supremo Tribunal Administrativo, reminiscencia inutil da burocracia monarquica.

Não tem função util. Desacreditado como tribunal pela subserviencia que revela perante o poder executivo, instrumento perigoso de manobras eleitorais, tudo aconselha a sua substituição por outro organismo que, á semelhança do conselho do Estado em França, gose de um tal prestigio que possa, como «élite», ser considerado—o protector da liberdade?

E porque não havíamos de confiar o encargo de preparar as propostas ministeriais e rever as leis antes de serem publicadas?

Assim, nós preconizamos uma reforma constitucional que permita a redução das duas Camaras a uma só—a dos deputados—ou, quando muito, a modificação na constituição do Senado de forma que este, sem qualquer função politica, seja apenas o representante dos sindicatos profissionais. A indiferença com que são acolhidos os projectos de reforma da Constituição dá-nos uma ideia precisa do descrédito que já neste momento cobre o Parlamentarismo.

A ideia do trabalho parece-nos bem mais importante que a de autoridade. Esta só é respeitavel quando, isenta de arbitrio, não é mais que a sanção do trabalho e a garantia da liberdade.

Campre-nos velar porque a democracia saia triunfante da crise que neste momento atravessa o Parlamentarismo.

A juventude não encontra entre os actuais costumes parlamentares nada que corresponda á sua necessidade de ideias e de sentimentos. E, assim, ela descrê do parlamentarismo.

De nós depende o impedir que essa descrença se não estenda até á propria Republica. E' sempre tempo de principiar. Mal vai aos povos, ou ao individuo, quando se deixam invadir por essa especie de anemia senil, que é o scepticismo, o temor do empreendimento, e dos riscos que é indispensavel correr e—como consequencia ultima—a inação.

Homens de acção que somos, fixemos este principio—o maior perigo nacional está na inação geradora de todas as indisciplinas.

O sr. Caillaux evolue á direita

Decididamente, o sr. Caillaux que no congresso de Nice renegou o imposto progressivo sobre o rendimento, está disposto a fazer ainda outras evoluções. O partido radical-socialista não lhe serve já, sobretudo porque outro, que não ele, o chefia.

O sr. Caillaux quer ser chefe dum novo partido e toma para modelo de constituição republicana a dos Estados Unidos da America, admitindo tambem um Senado com a representação das classes.

O sr. Caillaux, que é um real valor politico e financeiro, não quer sair da democracia, simplesmente evolue da esquerda para a direita.

Influencia dos anos, talvez, pois Caillaux já ultrapassou os sessenta.

O SR. ANTONIO MARIA DA SILVA

Chefe do governo da Republica Portuguesa

O passado humilde de certos homens só os enobrece. Vindos do povo, pior ainda, vindos da mais cruciante miséria—o seu esforço dá-lhes ao lado do seu valôr, uma nobre aureola de simpatia. Experimentados pelo sofrimento e por toda a especie de luctas que só podem dar a compensação duma clara experiencia da vida, os homens vindos de baixo, feitos por si só, dão-nos a maior parte das vezes belos exemplos de solidariedade, de bondade e de abnegação. São os espiritos abertos ás melhores concepções da democracia. . .

As suas ambições correspondem a necessidades sociais. Sentem o povo porque com ele passaram fome e compreendem, face ao seu esforço, a necessidade de proteger os outros, mais fracos do que eles, esquecidos numa multidão anonima e inculta. . .

Ao lado destes, nascidos na mesma origem, ha outra categoria de homens. Trazem uma invencível aversão pelo seu meio e um unico fim—tregar.

As suas miserias e os seus despeitos transformam-se em fêl. A sua revolta é apenas pessoal. Primeiro a antipatia por todos que nasceram em esfera menos baixa e que a seu lado na infancia e na adolescencia lhes fizeram sentir a amargura da sua pobreza. Estes sentimentos crescem com o desenvolvimento fisico e com o desabrochar da intelligencia. O que é necessario é fugir, tregar, ser mais do que os outros—não se trata de ser melhor ou superior, mas de *estar por cima*. A maneira de agir e de proceder—calculada, premeditada, sofismada, é um circulo fechado de egoismos. . .

Aqui temos um desses homens. Chama-se Antonio Maria da Silva.

Antonio, filho dum homem que tinha um modesto logar na praça da Figueira, conseguiu pelos sacrificios dum parente, fugir á labuta ingrata do mercado, para entrar numa escola. Antoninho, pobre, de grandes olhos abertos para a vida, menino ainda, enchia-se de lagrimas quando os colegas da aula o olhavam com desprezo, por ser filho dum pobre homem que tinha um lugar de hortaliça. Indignava-se. Já nesse tempo falava pouco e mal. A linguagem dos regateiros, aprendida como *a b c*, escaldava-lhe no cerebro. Seu protector, tipografo do *Noticias* e proprietario do quiosque a *Boia*, do Rocio, era um homem de principios mais ou menos republicanos. Falava no povo, nas reivindicções e nos que sofriam... Antonio escutava-o e escutava-se a si proprio. Dentro de si uma voz implacavel comentava a

sua vida de pobretão e revoltava-se. Neste desespero ir crescendo, estudando e tornando-se um homensinho. O seu esforço, a sua dependencia, a sua fome de tudo, de prazeres, de honras e de tipoias, de mulher luxuosa e de predomínio, ia-se arreigando em seu espirito. . .

E um dia Tónio teve este pensamento:

— Ah, se eu os pudesse espesinhar a todos!

*

Adopta então uma tactica. Insinuava transige, verga-se e sorri. Mas em seu cerebro uma ideia afiada como gume duma espada vai ganhando terreno. A sua voz duma asperesa metalica atraíco-a por vezes. Sorri para disfarçar. Palido, duma palidez doentia, Antonio vai crescendo. Ao lado da sua ambição, a miséria do seu corpo escanzelado.

Sofre. Vê pouco. Tudo nos primeiros tempos se conjura para amargar a vida desta criatura franzina. . .

Mas não desiste. Tem um pequeno grupo de amigos, ambiciosos e vulgares. Sonham. . . Todas as manhãs se levanta da cama com um plano. Amargo e cruel, tem confiança em si.

Um dia aparece administrador dum concelho qualquer. E' um começo de vida, pensa. Lucta, quere tregar, mas esbarra em mil dificuldades, complicações e defezas politicas. Poem-no de parte. Nada ha a fazer. Passa a odiar a monarchia. Ardilosamente muda de caminho.

Faz-se republicano. Os principios e a propaganda não o interessam. Seria não passar da cêpa torta. Quere factos, realidades. Os seus odios contidos, os seus despeitos, as revoltas de tantos anos, as miserias, as vergonhas, as troças e a fome encontram uma valvula. Transforma-se num pequeno Mefistofeles. Conspira. A sua obra não é pela Republica é contra a vida que o fez sofrer—é a desforra que começa. Torna-se mais palido ainda com as noites de vigília. Mal dorme. Sonha sempre.

E' infatigavel. De facto, torna-se imprescindivel. Inventa, magica ardis, esboça traças complicadas e tem nas mãos a meada sinuosa e utilissima da carbonaria. Está em toda a parte. Odio velho não cança. A Republica é a mascara sob que se escondem os seus veridicos sentimentos.

No fundo lá está, desenvolvendo se hora a hora, o seu desejo, a sua ambição cega de predomínio. Não arreda pé até ao 5 de Outubro.

Feita a Republica instala-se nos correios. Sem competencia, inhabil, inculto, sem nunca ter lido mais do que as sebatas da escola e um ou outro romance barato não tem ideias definidas, concretas, sobre nenhum problema vital.

A CHOLDRA

Apenas sabe de ouvido algumas frases dum velho programa politico esfarrapado. Encontrou se então a sós com a sua ambição desmedida—e com meia duzia de homens na sua frente, valendo mais do que ele. . . Mas não desiste. No seu sonho o dinheiro não ocupa lugar de destaque. Vê em sua volta uma clientela avida de benesses. Aproveita-a. Acena-lhe com lugares. Rodeia-se de esfomeados e trabalha na sombra. . .

Encara-se a si proprio medindo as suas forças e por momentos vacila. Em seu debil cerebro tudo se amontôa tumultuariamente. Não tem uma ideia. Sem espirito critico, sem lucidez, sem a faculdade dum raciocinio claro, as doutrinas e os principios são para ele méras palavras abstractas.

Não sabe nada. Não tem uma orientação, scientificamente é um zero. Anda ás aranhas, sem um metodo, facilmente filosoficamente, Aparece como homem de estado apenas por ter andado nas alfurjas, a fabricar conspiradores. Nunca escreveu uma linha, nunca teve um pensamento, ninguem sabe o que ele quer, nem o que defende. . . Como ha-de agir?

A sua ignorancia chega a assusta-lo. Mas uma redentora ideia atravessa providencialmente o seu cerebro sem treino intelectual. O estudo para que serve? Democracia, sociologia, filosofia, sciencia—não passam afinal de palavras. E' tudo leria, tudo! Para se trepar basta, apenas, habilidade. E' ignorante? Embora. Fará da ignorancia a sua melhor arma, esgrimindo com ela. Sorri. Sorri sem cessar. Satisfaz continuamente as exigencias dos que se agrupam á sua volta. . .

Pouco a pouco, numa nova carbonaria de interesses particulares, foi se desfazendo, dentro do partido dos homens que ocupavam lugares de preponderancia. Ia-os alijando—e sorria. Nada o preocupa a não ser a sua ambição. As figuras de valor po-las sempre de parte. Não quer ninguem que lhe faça sombra. Vai-se deixando ao mesmo tempo prender em varias teias complicadas. Os rins apodrecem-lhe. Os cabelos começam a embranquecer. Passa meses na cama com dôres. Só uma coisa não enfraquece - o seu feitio autoritario, despótico, plebeu. . .

Como o seu cerebro não é movido por uma doutrina disciplinada, quando fala, as palavras não tem ligação, saiem isoladas, de dois em dois se unidos mudam de rumo, baralham-se. No seu cerebro ha o vacuo.

Só consegue fazer-se entender quando põe seus sentimentos a nú. Fala com o coração nas mãos. São todas as paixões contidas no sub-consciente que saiem ás golfadas. A sua dialectica torna-se sordida. Causa arrepios. Pragueja, insulta, atemorisa—tenham cuidado em não lhe pisar os calos. . .

O partido é já um farrapo. Desgostando uns, maltratando outros, irradiando muitos, consegue ficar sózinho em campo. Arranja amantes espa-

nholas. Entramos no reinado da autocracia pura. A sua maneira meliflua, insinuante, e o seu trato amarello desapareceram de todo. E' agora um homem de modos bruscos, reles, ordinario, pimpão e cheio de odios. Julga todos a seus pés. Desafia meio mundo. Sente se invulneravel. Quando lhe gritam algumas verdades amargas, sorri com desdem e comenta: — pois sim, mas eu cá vou navegando!

As suas opiniões são caprichos. A sua maior volupia é obrigar uma centena d'homens a votar segundo os seus appetites de ocasião. Hoje quer uma coisa, amanhã outra. E satisfaz-se vendo os restos dum partido tornarem-se ventoinha das suas tranquiernas. . .

Não é um autoritario á maneira de Afonso Costa. Afonso Costa tem uma orientação e um rumo. Antonio Maria é o cáos. . . Politico na mais reles acepção da palavra, a sua existencia no poder seja em que rigime fôr, não tem a mais pequena explicação moral ou mental. Ninguem o respeita. Não vale como estudioso, não marca como homem de bem, não se impõe como figura moral, não é um homem de principios, nunca foi um democrata. . . — é apenas teimoso. Quiz isto — estar por cima. E' o vilão que se sente com poderes discrecionarios para manejar a vara. E maneja a finalmente como levou tantos anos ambiciosamente a sonhar. E' a desforra intempestiva, cega, desordenada, aggressiva - dum homem de odios. Sente-se nas suas sete quintas. . .

— Ah! se eu um dia os pudesse espesinhar a todos!

E poude! O partido, ideias, principios, democracia, sacrificios sem conta, homens, valor, dedicações, honra — de tudo deu cabo sem a mais leve hesitação. Não compreende que está isolado do país, dos interesses gerais, das necessidades do povo. Está por cima e isso lhe basta. Fôra disto só odio. Ninguem o entende. Bate o pé engasga-se, teima, grita, mas domina sempre. A sua tactica é a intriga. Nele só ha sub-consciente. Sub-consciencia feita de paixões venais, sentimentos reles farrapos de prosapia, orgulho, destroços duma infancia atormentada e todos os desejos ruins dum homem que nunca se corrigiu — que apenas se entregou aos seus appetites de minusculo «Machiavel», nado e criado na Praça da Figueira.

E' assim o chefe do governo deste regime que se chama Republica Portuguesa.

C. de G.

Aos nossos leitores

O facto de se terem extraviado os graficos representativos dos cambões Alfredo da Silva e Antonio Centeno, obriga-nos a, ainda neste numero, não os publicarmos.

Esta involuntaria falta que remediaremos no proximo numero, pedimos desculpa aos leitores.

A descentralização administrativa

Uma republica democratica deve apoiar-se
em instituições populares

A descentralização administrativa foi um dos grandes cavalos de batalha da propaganda republicana. E, entretanto, quão longe estamos da liberdade e garantias municipais que estabelecia o código administrativo de Rodrigues Sampaio. Não é vergonhoso para uma Republica que pretende ser democratica? O que se está fazendo em materia municipal não é precisamente de negar tudo o que se prometeu e esquecer os ricos ensinamentos que com tanta proficiencia perdularisou o austero precursor da Republica, Henriques Nogueira?

E, no entanto, quanto de bom poderiam produzir esses municipios primarios que veem do dominio romano, sobrevivendo a todas as vicissitudes, e a que chamamos agora as juntas de freguezias?

Parece que a Republica capricha não só em manter o que de mau existia no extinto regime mas até em agravar os males herdados. Pois não se clamou tanto contra o rotativismo e não se pretende, atravez de tudo, ressuscitá-lo, lançando aos quatro ventos a blasfemia anti-democratica de que os pequenos agrupamentos de ideias não tem o direito de existencia?

Os municipios foram para os nossos antigos reis que governaram de verdade e nos periodos das nossas grandes epopeias historicas, com D. João I e D. João II, os grandes pilares de apoio. Era neles que vibrava a verdadeira alma popular, a alma da nação. E' por isso que não comprehendemos o despreso, chamamos-lhe assim, que a Republica vem manifestando por estas instituições profundamente populares e democraticas que são as Juntas de Freguezia.

A Esquerda Democratica não pretende apenas uma Republica de nome, como o tem feito o partido que ha mais de 15 anos vem monopolizando o poder. Quere uma Republica de factodesassociada da Alta Banca e das grandes empresas monopolistas, quere e pretende reorganizar a sociedade de alto a baixo e precisamente aspira a interessar o maior numero de individuos e a chamar as instituições populares, Juntas Geraes, Municipios e Juntas de Freguezia ao exercicio da sua actividade secular.

Em regime republicano democratico a descentralização administrativa tem de fazer-se, deve fazer-se.

Infelizmente, a nossa divisão administrativa peca de enormes defeitos. Paiz fóra, nós encontramos municipios com 89 freguezias, Barcelos, por exemplo; e outros com uma apenas, Barrancos e Espinho. O municipio deve ser uma insti-

tução forte, como o predicava Henriques Nogueira, com possibilidades e condições de vida. Em materia de administração municipal, que pode fazer o municipio de Barrancos com os seus escassos 2.000 habitantes? Se olharmos para a divisão das freguezias em Lisboa e Porto encontramos as mesmas anomalias, freguezias com 400 habitantes umas, com 40.000 outras. E' um estorvo para efectivar uma descentralização administrativa.

A Esquerda Democratica reclama um alargamento nas funções das Juntas de Freguezia, uma larga e efectiva participação das camadas populares na administração da causa publica. Os bairros administrativos em Lisboa e Porto devem desaparecer e os seus serviços serem descentralizados e atribuidos ás Juntas de Freguezia outro tanto devendo acontecer em referencia a certos serviços do Estado.

As Juntas de Freguezia poderiam e deveriam abranger os seguintes pelouros: Segurança e actos da vida civil; instrução e assistencia escolar, seguro social, saude e higiene; abastecimento e alojamento; obras, jardins e arvoredos.

Seria então vastissima a obra a desenvolver pelas Juntas de Freguezia. Mas o assunto é em demasia importante para que o possamos tratar num simples artigo. A ele voltaremos, pois, com o cuidado e empenho que ele nos merece.

Um doce salgado

O sr. Daniel José Rodrigues, também conhecido por Daniel Rodrigues, Daniel Roiz e Daniel, comunicou á imprensa nacional e estrangeira que passara a chamar-se Daniel Salgado Rodrigues, para assim adoptar um apelido de tradição avoenga.

Embora a designação de «salgado» não se adapte muito bem ao seu temperamento lico-doce, nenhuma objecção teriamos a fazer se não houvesse a necessidade de salvaguardar o interesse historico do patrimonio nacional.

Imaginem os leitores os erros que vão cometer, nos seculos futuros, os varios Fernões Lopes que quizerem historiografar os altos feitos e as obras primas da actualidade, attribuindo a personalidades diferentes aquilo que, de facto, pertence a um só autor!

Que diversidade de monumentos virão a ser erectos nos jardins da capital, por proposta dos vereadores Guizados da epoca, para immortalizarem, afinal, o mesmo vulto nacional!

Aquí, um busto do sr. Rodrigues; ali uma estatua equestre ao sr. Salgado; acolá, um medalhão do sr. Roiz; mais alem, um obelisco ao sr. Daniel!

E quantos tumulos de prata nos varios cemiterios, nos Jeronimos e em Santa Engracia, contendo todos eles as cinzas do mesmo corpo!

Oh! os lances imprevisos da posteridade!...

Cronicas internacionais

O fascismo e a guerra.—A conferencia do desarmamento é um novo fracasso.—A confusão reina na China

Mussolini está na ordem do dia com a sua viagem á Tripolitania e o significado que ella encerra.

E o que é certo é que, não querendo a principio tomar a serio as arengas imperialistas do ditador italiano, as chancelarias europeias commecam agora a inquietar-se com as ameaças fascistas.

Em França quasi todos os jornais comentam os discursos recentes do chefe do governo italiano. Diz um d'elles :

«Não temos que occupar-nos dos assuntos interiores de outros países; porem, a atenção dos nossos estadistas, adormecidos pelo espirito de Locarno, deve fixar-se em Roma e na Tripolitania.

«Não pretendemos discutir com a Italia, nossa aliada na guerra, o direito que tem a buscar na colonização mercados para a sua mão d'obra e para as suas manufacturas; mas é prudente vigiar certas manifestações que poderiam parecer ameaças á nossa influencia.

«Na realidade se a Italia tem muitos emigrantes, estes buscam de preferencia os países industriais. De resto, a Italia tem no norte de Africa colonias onde a sua actividade pode empregar-se sem usurpar o dominio alheio. E' muito vantajoso que a Italia cultive e explore a Tripolitania e a Cirenaica. Ha ali uma grande tarefa a realizar e a Italia não encontrará nem competidores nem obstaculos. Porem, fala-se na Abissinia que é um Estado independente filiado na S. D. N. e cuja independencia está garantida por 50 Estados. Além disso existe Tanis. Agentes italianos entregam-se a uma agitação alarmante n'um país em que os nossos direitos protectores estão reconhecidos por todo o mundo.

«Escutemos Mussolini e vejamos que nas suas palavras ha fortes motivos de inquietação para nós».

Um jornal alemão diz o seguinte :

«Actualmente a Italia é muito mais perigosa do que Moscovo para a paz europeia».

Está certo. O fascismo liquida na guerra. Mas que prejuizos incalculaveis não trará á Europa a guerra que o fascismo prepara?

*

* *

A Conferencia do desarmamento sempre se realizará no mês proximo e sabe-se já que a ella não assistirá a U. R. S. S. E' uma conferencia

gorada, uma mais além de tantas outras realizadas com o mesmo fim e que não deram nada. Porque não vai a Russia á Conferencia?

Porque ella se realiza na Suissa onde um dos seus delegados foi morto e o assassino confesso absolvido.

Pois não seria facil e possivel escolher outro país para a Conferencia?

Não era preferivel isto a fazer a Conferencia com a auzencia dos russos? Porque na verdade, não assistindo a Russia e não assumindo compromissos, isto constitue motivo sufficiente para não quererem desarmar.

A falta da Russia será apenas um pretexto. Alguem pode conceber que a Italia com a sua mania imperialista consinta em desarmar? Mas por isso mesmo era conveniente pôr as intenções da Italia a descoberto.

*

* *

Não ha maneira de se aperceber com clareza o que vai na China. Quem domina Pequim? E' Wu-Pei-Fon, serventurio da Inglaterra? E' Tehang Tro-Lin, ao serviço do Japão? E' Feng-Wu-Hsiang, o aliado de Moscovo? Em Cantão dominam os revolucionarios ou os conservadores aliados da Grã-Bretanha? Tudo é confuso porque os telegramas que chegam até á Europa são o mais possivel contraditorios. Em todo o caso este incomensuravel formigueiro humano que conta quasi um terço da população do globo agita-se constantemente e ha quem veja ali a mais grandiosa revolução dos nossos tempos. Ha, de facto, qualquer cousa de novo a palpitar no peito desse povo por tantos seculos oprimido, quer pelos nacionais, quer pelos estrangeiros.

Não será preciso viver longos anos para decipar-se o problema chinês.

TRANSCRIÇÕES

O nosso presado colega *O Democratico* de Evora, transcreveu do nosso penultimo numero um eco sobre um facto ocorrido numa escola official do concelho de Portel.

Agradecemos a transcrição, e, aproveitando a oportunidade, lembramos áquele confrade, que, para a outra vez, se não esqueça de citar o nome do colega cuja prosa transcreve.

Lêr no proximo numero

Os nomes dos dirigentes e as empresas financeiras, comerciais e industriais dos cambôes Alfredo da Silva e Antonio Centeno.

Vêr os graficos representativos da teia tecida por esses cambôes.

LÊR: O «escandalo do Hospital do Bomfim no Porto» — O que devem fazer as Juntas de freguezia, e artigos varios e sensacionais sobre politica, artes, letras e desportos.

LEIAM! LEIAM!